

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

COOPERATIVISMO ORIENTADO PARA A SUSTENTABILIDADE, AVANÇA NA INTEGRAÇÃO, INTERCOOPERAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO.¹

COOPERATIVISM ORIENTED FOR SUSTAINABILITY, ADVANCES IN INTEGRATION, INTERCOOPERATION AND INTERNATIONALIZATION.

Pedro Luís Bütttenbender², Ariosto Sparemberger³, Giovana Fernandes Writzl⁴, Alceu Van Der Sand⁵, Matheus Nonnemacher Bütttenbender⁶

¹ Artigo resultado do projeto de Pesquisa : Estudo Sobre As Organizações Cooperativas do Noroeste Gaúcho, Direcionado ao Fortalecimento, Sustentabilidade e Inovação do Cooperativismo e Suas Contribuições para o Desenvolvimento Regional. DACEC/ UNIJUI.

² Doutor em Administração, Mestre em Gestão Empresarial, Especialista em Cooperativismo, Administrador, Professor Pesquisador Coordenador do projeto de Pesquisa Dacec / Unijui, pedrolb@unijui.edu.br

³ Doutor em Administração, Administrador, Professor Pesquisador membro do projeto de Pesquisa Dacec / Unijui, ariosto@unijui.edu.br

⁴ Bolsista de Iniciação Científica PIBIC Unijui do Projeto de Pesquisa, Acadêmica do Curso de Administração da Unijui. giovanafernandeswritzl@gmail.com

⁵ Doutorando em Desenvolvimento, PPGD-Unijui. Membro Voluntário do Projeto de Pesquisa. alceuvan@gmail.com

⁶ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Letras Inglês da Unijui, Bolsista Voluntário do Projeto de Pesquisa. matheusbite95@gmail.com

Resumo:

Este artigo aborda o cooperativismo a partir das prioridades para os avanços na integração, intercooperação e internacionalização, orientado para a sua sustentabilidade. Portanto, o objetivo deste artigo explora os fundamentos das dimensões do cooperativismo e a presença dos processos de integração, intercooperação e de internacionalização no âmbito das prioridades do cooperativismo e suas organizações de representação, visando a sua sustentabilidade. Os objetivos específicos são delimitados em: a) referenciar e contextualizar o cooperativismo; b) dimensionar quantitativa e qualitativamente as organizações cooperativas nos âmbitos estadual e nacional e algumas dimensões internacionais; c) mapear e descrever prioridades assumidas pelo cooperativismo através de órgãos de representação e organismos de pesquisa, fomento e apoio; d) indicar proposições estratégicas que contribuam com os processos de maior integração, intercooperação e de internacionalização do cooperativismo, sua sustentabilidade futura e ampliando seus aportes às dinâmicas de desenvolvimento territorial. A pesquisa metodologicamente é fundamentada quanto aos fins como estudo exploratório, descritivo e de campo, e, quanto aos meios, de natureza quali-quantitativa, bibliográfica, documental e participante. A análise e sistematização dos dados foi orientada pelos fundamentos conceituais, conteúdos coletados e os objetivos delimitados na pesquisa. Conclui-se que o cooperativismo, pela sua própria natureza e fundamentos, se constitui em movimento, instrumento e estrutura de promoção da inclusão social e econômica. Tem investido na qualificação de seus dirigentes, aprimorado a gestão e governança, visando à sustentabilidade. Por fim, vem ampliando seus aportes na promoção e alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável definidos pela ONU (Agenda 2030), na maior inserção na governança regional e a agregação de valor ao desenvolvimento territorial.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Palavras-chave: Cooperativismo, Gestão. Intercooperação. Sustentabilidade. Desenvolvimento territorial.

Abstract:

This article addresses cooperativism based on its priorities for advances in integration, intercooperation and internationalization, oriented towards its sustainability. Therefore, the study intends to explore the consolidation of the cooperativism's dimensions and the presence of integration, intercooperation and internationalization processes within its scope and its representative organizations, aiming at its sustainability. In order to do so, the study is guided by these four stages: a) referencing and contextualizing cooperatives; b) quantitative and qualitative dimensioning of cooperative organizations on local, national and international aspects; c) mapping and describing the priorities assumed by cooperatives through the entities enlaced on the initiative; d) indicating strategic proposals that contribute to the processes of greater integration, intercooperation and internationalization of cooperatives, their future sustainability and the expansion of their contributions to the dynamics of territorial development. The research methodologically is an exploratory and descriptive field study regarding its purposes, and qualitative and quantitative, bibliographic, documentary and participatory nature as to the means. The analysis and systematization of the data was guided by the conceptual foundations, collected content and the objectives previously defined. It can, therefore, be concluded that cooperativism, by its very nature and fundamentals, constitutes a movement, instrument and structure to promote social and economic inclusion, as it has invested in the qualification of its directors, improving management and governance, aiming at sustainability. Finally, the movement has been expanding its investments in promoting and achieving the objectives of sustainable development defined by the UN (Agenda 2030), in the greater insertion in regional governance and in adding value to territorial development.

Keywords: Cooperativism, Management. Intercooperation. Sustainability. Territorial development.

1 - INTRODUÇÃO

O cooperativismo vivencia novas dinâmicas no âmbito da governança, sustentabilidade, geração de resultados, e vem alavancando o desenvolvimento econômico e social dos seus membros e das regiões onde atua. Sem deixar de vivenciar, reconhecer e investir na superação dos seus desafios atuais e futuros, o cooperativismo cresce e se fortalece. É visto e reconhecido como sistema, estratégia, movimento, organização, sociedade de pessoas, organizações jurídicas com objetivos que são mais amplos que apenas gerar lucros e promover a reprodução e acumulação do capital. São organizações que pela sua própria natureza possuem uma convergência muito forte com vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS que integram a Agenda 2030 (ONU, 2015).

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

O cooperativismo, a administração, a governança corporativa e cooperativa e o desenvolvimento são temas amplamente explorados em publicações anteriores, como, por exemplo, Büttenbender (2010a, 2010b, 2011, 2017), Büttenbender e outros (2017a e 2017b). As abordagens são disciplinares, abrangendo áreas do conhecimento como ciências sociais aplicadas, tecnológicas e ambientais. Porém, agrega-se a relevância de abordagens mais amplas, inter e transdisciplinares, permitindo um entendimento multidisciplinar, demonstrando que o cooperativismo é mecanismo promotor da inclusão social, da igualdade e equidade humana, da democracia, da justiça social, da solidariedade, da ajuda mútua, do empreendedorismo coletivo e da promoção do desenvolvimento dos seus membros e da sociedade. Em prolongamento, o cooperativismo tem se apresentado, na sociedade pós-moderna, como uma forma inovadora de organização social e econômica, gerando oportunidades de trabalho e geração de renda, promovendo a distribuição mais igualitária e equitativa do poder e da renda. Tem assumido formas e papéis cada vez mais importantes e decisivos, inclusive nos ambientes e períodos de crise.

Enquanto organização de pessoas, e não de capital, a cooperativa tem nas dimensões sociais e econômicas uma de suas referências de organização. Com suas raízes vinculadas aos primórdios da própria organização humana, sua sobrevivência, fortalecimento e o seu desenvolvimento ao longo do tempo tem protagonizado, enquanto sistema, a coordenação e implantação de políticas públicas e/ou privadas, assumindo profundas interfaces com o desenvolvimento dos estados-nação e outros dimensionamentos geograficamente multiescalares e/ou subnacionais, constituindo-se uma dinâmica de governança cooperativa para o desenvolvimento territorial.

Diante deste contexto, o presente estudo tem por objetivo explorar os fundamentos das dimensões do cooperativismo e a presença dos processos de integração, intercooperação e de internacionalização no âmbito das prioridades do cooperativismo e suas organizações de representação, visando a sua sustentabilidade futura. Os objetivos específicos delimitados são: a) referenciar e contextualizar o cooperativismo; b) dimensionar quantitativa e qualitativamente as organizações de cooperativismo nos âmbitos estadual e nacional e algumas dimensões internacionais; c) mapear e descrever prioridades assumidas pelo cooperativismo através de órgãos de representação e organismos de pesquisa, fomento e apoio; d) indicar proposições estratégicas que contribuam com os processos de maior integração, intercooperação e de internacionalização de cooperativas, sua sustentabilidade futura, e ampliando seus aportes às dinâmicas de desenvolvimento territorial.

Em termos metodológicos, o estudo é fundamentado quanto aos fins como estudo exploratório, descritivo e de campo. Quanto aos meios, de natureza quali-quantitativa, bibliográfica, documental e participante (LAKATOS; MARCONI, 2003; YIN, 2005). A coleta dos dados foi realizada com o levantamento de dados e diagnósticos no âmbito das fontes primárias e secundárias. Nas fontes secundárias foram considerados o levantamento de informações e dados junto às cooperativas e seus órgãos de representação, destacando Sescop/RS, OCB, Unicafe Nacional e Unicafe RS, Federações de representação cooperativa, cooperativas singulares e cooperativas de segundo grau. Foram consultados relatórios, bibliografias e documentos públicos e outros de posse do sistema cooperativo, bem como entrevistas com agentes e lideranças cooperativas, utilizando-se instrumentos semiestruturados em conformidade com os objetivos da pesquisa. A observação direta, na condição de os pesquisadores serem membros de cooperativa e com intensa participação no sistema, foi outro instrumento utilizado. A sistematização e análise dos dados foi orientada pelos fundamentos conceituais, conteúdos coletados e os objetivos delimitados durante este estudo.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

O presente artigo está estruturado em três partes, além desta introdução. A segunda parte é composta pelos fundamentos do cooperativismo, contemplando a descrição quantitativa do cooperativismo, os sistemas cooperativos e suas prioridades e um conjunto de proposições estratégicas para o fortalecimento do cooperativismo. Finaliza-se com as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 – FUNDAMENTOS DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo, e singularmente uma cooperativa, requer ser entendido e fundamentado de forma própria e diferenciada pela sua natureza, princípios e objetivos. O cooperativismo é fundamentado por Schneider (1999) como uma doutrina, um sistema, um movimento ou, simplesmente, uma atividade que considera as cooperativas como forma ideal de organização da humanidade, baseada na economia solidária, democracia, participação, direitos e deveres iguais para todos, sem discriminação de qualquer natureza, para todos os sócios.

O cooperativismo tem constituição e funcionamento regidos através de legislação própria, a Lei nº 5.764 de 1971 (BRASIL, 2019), e com a autonomia de constituição e funcionamento reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016). As cooperativas são orientadas através de princípios próprios como: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade. Como valores constam: ajuda mútua; responsabilidade própria; democracia; igualdade e equidade; e solidariedade.

As cooperativas diferenciam-se das demais organizações, pois são organizações de pessoas juridicamente constituídas por pessoas e não por capitais econômicos. Possuem a gestão democrática, pois cada membro tem direito a um voto, independente da sua participação econômica. São abertas a novos sócios e suas cotas-partes são intransferíveis a terceiros. Os resultados retornam aos seus sócios de forma proporcional às operações na cooperativa. Sem finalidade de lucro, possuem compromisso educativo, econômico e com a sociedade. Esta diferença fundamenta e resulta no Ato Cooperativo que, conforme o art. 79 da Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 2019), é aquele praticado entre a cooperativa e seus associados, entre os associados e a cooperativa e por cooperativas associadas entre si, com vistas ao atendimento de suas finalidades sociais.

Uma cooperativa é delimitada conceitualmente, de acordo com Schmidt e Perius (2003), como uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais, através de uma empresa coletiva e democraticamente constituída. Já Büttenbender (1994) cunhou que cooperativa é uma união voluntária de pessoas com a finalidade de satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido.

O cooperativismo apresenta uma trajetória histórico-evolutiva orientada por diversos ciclos históricos, e com características próprias nas esferas estadual, nacional e internacional. Com distintos registros e fundamentos, a história apresenta as mais destacadas referências ao cooperativismo moderno, cunhado nos meados do século XIX. Porém, em suas raízes mais fundantes, a gênese do cooperativismo indica os primórdios da própria organização humana. Desde a antiguidade até

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

os dias atuais, há várias referências históricas, das antigas civilizações gregas, egípcias e romanas, passando pelo início da era cristã, e chegando inclusive aos fundamentos de organização das reduções jesuítico-guaranis nas Américas. Essas que fundamentam as origens do cooperativismo na América Latina, conforme o Padre Jesuíta Rafael Carbonell de Masy (MASY, 1992). Os registros históricos estão sistematizados em Büttgenbender e Magri (2018) e Büttgenbender, Rotta e Höfler (2010). O cooperativismo moderno está referenciado pelas origens Rochdaleanas, precursoras do cooperativismo com as características atualmente preponderantes.

A sua progressiva presença e expansão no mundo e nos territórios nacional e do RS se deram ao longo do século XX. O maior crescimento, expansão e empoderamento, enquanto sistema econômico e social, com a devida autonomia e independência, foram a partir da década de 1990, avançando nos seus vários ramos, em especial, crescendo para as áreas urbanas, considerando que até então a área agrícola foi a determinante. Foi também nesse período que começaram a se constituir as cooperativas vinculadas diretamente à economia solidária e à agricultura familiar. Este sistema articulou-se progressivamente em entidades de organização e representação estadual e nacional, concomitantemente ao exclusivo sistema oficial anterior, representado pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

É reconhecida a importância do cooperativismo no território nacional e internacional e em diversas escalas subnacionais e locais, destacando neste estudo as regiões de fronteira. No âmbito da fronteira com os países do Mercosul, ocorrem interações qualificadas de colaboração e integração de cooperativas e de sistemas cooperativos. Nestas iniciativas, mesmo ainda incipientes e com limitada continuidade, destacam-se relações de integração no cooperativismo da OCB, Ocergs, Ocesc e Ocepar, com o *Instituto Nacional de Cooperativismo do Paraguai* – INCOOP, o *Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social* – INAES e o *Instituto Nacional del Cooperativismo del Uruguay* – INACOOP. Agregadas, constam várias práticas longevas de cooperação e integração entre cooperativas e seus sistemas de representação nas regiões de fronteira, destacando cooperativas como as agropecuárias (Cotrirosa, Coopermil, Cotrimaio, Sistema Unicafes), Cooperativas de crédito (Sicredi União RS, Sicredi Noroeste, Sicredi Culturas, Cresol Sicoper) e Infraestrutura (Cooperluz, Certhil, Ceriluz), entre outras. Estas iniciativas são protagonizadas pelas próprias cooperativas, e outras são estimuladas com apoio de Universidades e seus laços de cooperação e Redes de Universidades, como, por exemplo, a Rede CIDIR - Rede Interuniversitária de Conhecimento Orientada ao Comércio, o Desenvolvimento e a Integração Regional. Destaca-se a promoção de iniciativas de fomento e de prática da integração internacional e transfronteiriça, podendo-se citar eventos como Seminário Internacional de Cooperativismo e Administração (Unijuí), Seminário Internacional de Cooperativismo (UNAE/Py), Simpósio Internacional de Governança Corporativa, Cooperativa e Territorial (PPGDR/Unijuí), Simpósio Iberoamericano da Rede Cidir, Encontro Latinoamericano de Pesquisadores de Cooperativismo – EILAC/ACI, maior inserção na REDETEG com abordagens estratégicas sobre governança, cooperativismo, desenvolvimento territorial, entre outros. Estas atividades, iniciativas e estratégias colaboram com a aproximação, integração e intercooperação no âmbito das fronteiras e no âmbito internacional.

2.1 – Expressões quantitativas do cooperativismo

O cooperativismo no Mundo é articulado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2019a). Criada em 1895, a ACI representa o cooperativismo presente em 156 países, com 2,9 milhões de cooperativas, 1,2 bilhão de associados e 27,2 milhões de empregos. As 300 maiores organizações

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

cooperativas do mundo operam em diferentes setores como seguros (32%), agricultura (35%), atacado e varejo (19%), crédito (8%), indústria e serviços públicos (2%), saúde, educação e assistência social (2%) e outros serviços (2%), somando um faturamento anual superior a 2,1 trilhões de dólares. No âmbito mundial são: mais de 1,2 milhão de cooperativas do ramo agropecuário; as cooperativas de consumo, atacado e varejo possuem 421 mil escritórios e pontos de venda; as cooperativas de trabalho geram oportunidade para mais de 11,1 milhões de cooperados.

Já na América Latina, o cooperativismo também possui intensa e crescente participação e representação social e econômica, de acordo com o OIBESCOOP (ALVAREZ *et al.*, 2018), que oferece uma visão geral do cooperativismo e da economia social na América Latina, abordando aspectos da legislação, da economia social, políticas públicas de emprego e empreendedorismo, organizações de integração e representação, estudos e pesquisas e boas práticas cooperativas.

No âmbito brasileiro, ao mapear as estatísticas institucionais vinculadas ao sistema OCB, e agregar também dados do cooperativismo da economia e interação solidária, é confirmada a importante e qualificada participação do cooperativismo no desenvolvimento econômico, social e de inclusão social. Com suas origens e maior participação nas regiões sul e sudeste brasileiro, segundo a OCB (2019a), em 2018 foram mais de 6,8 mil cooperativas, 14,2 milhões de associados e 398 mil empregos. Em termos de comércio exterior, são mais de 125 cooperativas que possuem ativa e contínua atuação na exportação e/ou importação de ramos variados. Não estão considerados os volumes de operações em comércio exterior e, em termos de estados, o RS possui o maior número de cooperativas com operações internacionais, seguidas do PR com 20, SP com 16, MG com 16 e SC com 14. Em 2010, eram cerca de 6.652 cooperativas e em 2018 são 6.828 entidades no país que geraram, juntas, mais de R\$ 260 bilhões.

No RS, de acordo com o Sistema Ocergs-Sescop/RS (2019 e 2020), no ano de 2019 o cooperativismo filiado ao sistema possuía mais de 2,97 milhões de associados, 444 cooperativas e mais de 64,6 mil empregados. As cooperativas tem demonstrado uma qualificação e crescimento com diferentes discriminações quantitativas: Aumentaram em mais de 12% os ingressos (faturamento) no ano de 2018 e 1,4% em 2019; aumentaram 18% as sobras em 2018 e 11% em 2019; aumentaram 12% o patrimônio líquido em 2018 e 14% em 2019; e aumento de 7% nos ativos em 2018 e 2,8% em 2019.

Estes dados devem ser compreendidos, acrescidos dos demais sistemas cooperativos, vinculados também à economia solidária. As cooperativas dos ramos agrícola, de crédito, habitação, trabalho, consumo e outros somam mais de 1,5 milhão de brasileiros cooperados. São mais de 400 cooperativas, de pequeno porte em sua maioria (UNICAFES, 2018). O Cooperativismo de Crédito de Interação Solidária, composto pelo Sistema Cresol e nacionalmente representado pela Confederação Cresol, se constitui no maior sistema de cooperativas de crédito rural solidário do Brasil. Iniciado no ano de 1995, o Sistema Cresol se desafiou a ser e fazer a diferença, sendo reconhecido como referência nacional e internacional em crédito solidário, sendo a maior cooperativa do segmento do Brasil, com mais de 200 mil famílias cooperadas em dez estados brasileiros (CRESOL, 2019).

As cooperativas da economia solidária, formadas a partir da liberdade constitucional de 1988, expressa pela autonomia de constituição e funcionamento, passaram a constituir um sistema próprio, este formado por cooperativas singulares, centrais, federações e confederações. Entre as principais organizações de representação nacional estão a UNICAFES – União Nacional de Cooperativas

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

da Agricultura Familiar e Economia Solidária, e a Confederação das Cooperativas de Crédito de Interação Solidária, Confederação Cresol.

2.2 – Sistemas Cooperativos e suas Prioridades

O conjunto de prioridades que vêm sendo definidas e assumidas pelo cooperativismo, tanto nas esferas nacional, quanto internacional, convergem com temas vinculados à garantia dos princípios cooperativos, à gestão e governança, à sustentabilidade do planeta e à convergência com as definições dos objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS.

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI Américas, em sua V Cumbre Cooperativa das Américas, em 2018, Buenos Aires, Argentina, definiu em sua declaração as prioridades orientadas pelos desafios globais do cooperativismo (ACI-Américas, 2018). Neste documento, minuciosamente detalhado, se destacam:

1. Compromisso Cooperativo para a Defesa do Planeta, que multiplica e adiciona inteligência global a todas as iniciativas que estão sendo desenvolvidas de uma economia social e solidária para a construção de novas formas de produzir e consumir, que garantam a sustentabilidade ambiental, social e econômica;
2. Compromisso cooperativo para inclusão e democratização financeira, para que a poupança local se traduza em desenvolvimento local sustentável, visando a definir uma nova arquitetura financeira global que preserve as autonomias nacionais e democratize a governança do sistema financeiro internacional;
3. Compromisso de integração e intercooperação cooperativa para contribuir com a Aliança Mundial pelo Desenvolvimento Sustentável (ODS nº. 17), onde o movimento cooperativo, em conjunto com os demais atores da economia social e solidária, seja capaz de traduzir a cooperação internacional em projetos produtivos de desenvolvimento sustentável que façam possível o cumprimento da Agenda 2030.

Na ótica da cooperação internacional do cooperativismo, contando inclusive com a cooperação técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (2019), também delimita suas prioridades. Destacam-se: desenvolver ações conjuntas em áreas como o desenvolvimento produtivo baseado em cadeias de bioeconomia; a formulação de políticas e programas de desenvolvimento territorial e agricultura familiar; a promoção do comércio agroalimentar; a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; e ações ligadas ao gênero e à juventude. Estas definições convergem com as definições dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de nº. 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; nº. 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; e nº 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O XIV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília/DF, de 08 a 10.05.2019, definiu 6 agrupamentos de prioridades estratégicas para o sistema cooperativo brasileiro, representado pela OCB (2019b). Neste documento são definidas seguintes prioridades e respectivas diretrizes estratégicas:

1. Comunicação: Ampliar o alcance de programas que trabalham conceitos de cooperativismo

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

e cooperação nas escolas, como o Cooperjovem e cooperativas mirins; Criação de uma campanha nacional de comunicação para estimular o papel das cooperativas escolares (mirins ou de alunos) na promoção do cooperativismo; Divulgar o cooperativismo brasileiro e seus benefícios por meio de estratégias e ferramentas de comunicação, como mídia convencional, plataformas digitais, entre outras.

2. Governança e gestão: Adotar sistema de qualificação em gestão “à distância” ou semipresencial para todos os gestores de cooperativas, em parceria com instituições de ensino reconhecidas e qualificadas; Definir grade curricular mínima de capacitação para certificação de conselheiros, bem como definir ferramentas para avaliação de sua performance; Estabelecer em estatuto social a capacitação obrigatória dos candidatos a conselheiros e dirigentes; Identificar e promover boas práticas de governança e gestão em cooperativas de todos os setores e portes; Implementar mecanismos de governança cooperativa para relacionamento com os cooperados, como a Organização do Quadro Social, a educação cooperativista e a fidelização; Incentivar a capacitação de jovens sucessores para propiciar que estejam aptos a ocuparem cargos eletivos nas suas cooperativas; e Promover a importância do processo de sucessão nas cooperativas.
3. Inovação: Criar um canal e-commerce para compras entre as cooperativas; Desenvolver um programa de capacitação em inovação para conselheiros, dirigentes e colaboradores do Sistema OCB e das cooperativas; Incentivar *startups* e aceleradoras a desenvolver soluções para o cooperativismo; e Promover a intercooperação para o compartilhamento e acesso a novas tecnologias.
4. Intcooperação: Atuar sobre a legislação para facilitar a intercooperação viabilizando o ato cooperativo; Criar mecanismos de comunicação para facilitar a troca de informações entre cooperativas do mesmo ramo e ramos diferentes; Elaborar programa de intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre cooperativas; Instaurar fórum permanente de intercooperação no Sistema OCB; e Promover negócios entre as cooperativas por meio de feiras, eventos e plataformas digitais.
5. Mercado: Adequar, aprimorar ou criar linhas de crédito adequadas para todos os segmentos do cooperativismo, sem interromper as atuais políticas de fomento ao modelo de negócio cooperativista; Criar e regulamentar instrumentos de capitalização e captação de investimentos pelas cooperativas, analisados por ramo; Fomentar a inserção de cooperativas no e-commerce; Obter o reconhecimento dos órgãos que contratam, bem como daqueles que fiscalizam os processos licitatórios, da possibilidade de participação de cooperativas em contratações públicas de bens e serviços, conforme previsto na legislação vigente (Lei 8.666/1993 e Lei 12.690/2012); Realizar parcerias entre cooperativas ou com terceiros para investimentos em logística, transporte, produção de insumos, terminais de distribuição de produtos e exportação.
6. Representação: Ampliar a participação do cooperativismo em conselhos nacionais, estaduais e municipais de interesse; Ampliar os canais de comunicação entre o Sistema OCB e as lideranças cooperativas; Criar selo de qualidade para as cooperativas brasileiras; Atuar junto ao Executivo para inserir na educação brasileira temas de cooperativismo e empreendedorismo coletivo; Regulamentar o art. 79, da Lei nº 5.764/1971, inserindo imunidade tributária às cooperativas com base nas instituições sem fins lucrativos; Tornar o Sescop o centro de referência do cooperativismo, defender seus recursos e combater as iniciativas do governo e do Legislativo de estatização ou realocação dos recursos; e outros.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

No âmbito do sistema cooperativo de economia solidária e agricultura familiar, agregam-se prioridades para o cooperativismo brasileiro, fundamentados pelos seus mecanismos de representação. Para a UNICAFES (2018), as prioridades para o sistema são assim relacionadas e discriminadas:

1. **Novos cenários:** Leitura dos novos cenários econômicos, político e institucionais brasileiros, marcados pela instabilidade e crise política, econômica, moral e ética. Estes combinados com cenários externos, e, no conjunto, a análise de influências, oportunidades, ameaças e desafios, construindo perspectivas de futuro para as políticas e organizações da economia solidária e agricultura familiar. Garantir políticas públicas para a economia solidária no Brasil voltadas para a autogestão na reprodução das relações sociais de produção.
2. **Estratégias de representação:** Delimitar e construir um modelo ideal para a representação do cooperativismo, considerando desafios da intercooperação, fusões, tamanho de cooperativas, garantindo ao associado ser sujeito ativo de participação e pertença, e viabilizando a sustentabilidade econômica e social de longo prazo.
3. **Interação social e capacitação de quadros:** Aprimorar os mecanismos de interação social com os sócios, as demais organizações sociais e a sociedade, combinados com a capacitação e qualificação de dirigentes, lideranças e associados, em especial sobre gestão de organizações, governança, transparência e sustentabilidade.
4. **Intercooperação e verticalização:** Intensificar as políticas e programas e ações de intercooperação, gerando condições para a verticalização do sistema e investimentos em processos de agregação de valor. A verticalização, integração e uniformização de estruturas técnicas e de apoio, qualificando estas soluções e aproveitando-as de forma conjunta, destacando tecnologias, metodologias de gestão, contabilidade, controle, suporte jurídico, controle e de auditoria, gerando mais performance e segurança ao sistema cooperativo.
5. **Marco legal e regulatório do cooperativismo:** Buscar a revisão do marco legal, fortalecendo a segurança do marco jurídico do cooperativismo, do Ato Cooperativo, valorizando e reconhecendo a importância das organizações da economia solidária para o desenvolvimento social e econômico do país.
6. **Novos mercados:** Construir maior intercooperação intrassistema, viabilizando maior agroindustrialização, buscando alianças de cooperação com outras organizações da economia solidária nacionais e internacionais, visando ao mercado justo, aproximando e integrando produtores, processadores e consumidores de alimentos, organizações de defesa da vida e geradoras de inclusão.
7. **Inovações e comercialização:** Promover processos contínuos de inovação no sistema cooperativo, desenvolvendo, à luz das novas tecnologias de comunicação e relacionamento das pessoas e mercados, negócios que ampliem a participação da economia solidária na dinâmica de geração de oportunidades de trabalho e renda, produção, consumo e outras políticas sociais.
8. **Desenvolvimento:** Buscar a valorização e reconhecimento das economias solidárias, e suas organizações coletivas, gerando maiores impactos e aportes ao desenvolvimento social e econômico à sociedade através do cooperativismo.

As prioridades do Plano Nacional de Economia Solidária (CNES, 2015) são articuladas em 4 eixos,

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

que são: 1) produção, comercialização e consumo; 2) financiamento: crédito e finanças solidárias; 3) educação e autogestão; e 4) ambiente institucional. Este conjunto é articulado de forma convergente pela visão que define: A Economia solidária reconhecida social e politicamente como parte de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, incluída num ambiente institucional adequado à legalização, financiamento, participação nos mercados e ao acesso às políticas públicas, possibilitando a efetiva promoção da organização coletiva autogestionária de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria de sua qualidade de vida.

Na dimensão estadual a partir de evento estadual do cooperativismo, os temas da inovação e da sustentabilidade foram definidos como grandes prioridades, articulados em torno de cinco eixos (OCERGS-SESCOOP/RS, 2018), conforme se detalha a seguir:

1. **Sustentabilidade:** a reflexão sobre o atual comportamento das cooperativas em relação às ações voltadas à sustentabilidade. Características do cooperativismo que favorecem a sustentabilidade; oportunidades de ação; pontos de atenção. A proposição de projetos de sustentabilidade a serem conduzidos de forma conjunta ou individual pelas cooperativas participantes;
2. **Energias Renováveis:** a reflexão sobre o atual comportamento das cooperativas em relação às ações direcionadas às energias renováveis. Características do cooperativismo que favorecem a implementação de ações para apoio, desenvolvimento ou uso de energias renováveis; oportunidades de ação; pontos de atenção.
3. **Logística e rastreabilidade:** reflexão sobre o atual comportamento das cooperativas em relação às ações voltadas à logística e rastreabilidade. Oportunidades de ação e pontos de atenção.
4. **Tecnologia na Produção Agropecuária:** o atual comportamento das cooperativas em relação às tecnologias disponíveis para produção agropecuária. Oportunidades de uso e desenvolvimento de tecnologias; necessidades e pontos de atenção. A proposição de projetos que envolvam ações para inserção de tecnologias na produção agropecuária, com possibilidade de realização de forma conjunta ou individual pelas cooperativas participantes.
5. **Interação Cooperativas e Startups:** o atual comportamento das cooperativas em relação às *startups* como potenciais parceiras no desenvolvimento de negócios. Oportunidades de parceiras para uso de soluções e desenvolvimento conjunto de soluções tecnológicas; levantamento de necessidades e pontos de atenção.

Estes temas articuladores foram convergentes com as definições para os próximos passos do cooperativismo gaúcho: 1) Despertar maior número de cooperativas para a necessidade de se antecipar às transformações de mercado e de inovação; 2) Promover um ambiente favorável para o intercâmbio de experiências e do conhecimento; 3) Promover o debate aberto sobre o contexto, tendências e oportunidades para um cooperativismo mais competitivo e sustentável; e 4) Obter insumos relevantes para subsidiar o planejamento estratégico 2021.

Uma incursão histórica, com resgate de aportes gerados anteriormente sobre prioridades do cooperativismo, que revelam a longevidade das prioridades focadas na maior integração, intercooperação e na promoção do desenvolvimento Büttgenbender (1994). Estas prioridades que continuam presentes, apesar de já serem cunhadas a mais de três décadas. Estas prioridades

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

originalmente elencadas:

1. Promover ações que visem ao trabalho integrado das cooperativas, acompanhado da descentralização política, através da organização dos associados dentro dos níveis municipais, e aproveitando a estrutura de organização das próprias associações de produtores.
2. Promover ações que visem à ação conjunta das cooperativas na organização econômica, buscando a escala e o poder de barganha, isto através da formação de central regional de cooperativas.
3. Buscar o trabalho mais integrado das cooperativas e associações com vistas à estruturação de um planejamento da produção regional, e com relações estáveis de produção, industrialização e comercialização.
4. Viabilizar a modernização empresarial das cooperativas e associações, com a adoção de modernos métodos de gestão, com vistas a gerir com eficiência e eficácia os escassos recursos dos produtores associados.
5. Estudar e viabilizar formas de ações integradas, através de cooperativas, dos associados e também dos funcionários, dentro da mesma organização. Isso acompanhado de um amplo programa de formação profissional para os produtores associados, dirigentes e funcionários.
6. Fomentar as práticas de defesa concreta dos interesses dos agricultores, com o objetivo de capitalizar e fortalecer economicamente os associados e as cooperativas.
7. Gestionar políticas que viabilizem o fortalecimento e a ação integrada da produção, do crédito, da agroindustrialização da produção, e com relações estáveis com o cooperativismo de consumo.
8. Intensificar o trabalho de conscientização sobre a importância e o potencial do cooperativismo e do associativismo, entre todos os níveis da sociedade.

Um olhar no conjunto de prioridades definidas pelo cooperativismo, em suas diferentes formas de organização e representação, e em épocas distintas, aduz para um entendimento mais amplo dos desafios do próprio cooperativismo. É crível e notável o papel crescente do cooperativismo como agente de desenvolvimento econômico e social. A convergência de prioridades, apesar de especificidades de diferentes sistemas, destacando ACI, OCB-SESCOOP, Ocergs-Sescop/RS, Unicafes, Unisol, Confederação Cresol e outros organismos de representação, indica perspectivas para consolidar, qualificar e gerar sustentabilidade ao cooperativismo e aportes positivos para o desenvolvimento de seus membros e da sociedade.

2.3 – Proposições estratégicas para o fortalecimento do cooperativismo

A partir do mapeamento das prioridades do cooperativismo, através de seus órgãos de apresentação e seus instrumentos de gestão e publicação, os fundamentos conceituais e teóricos referenciados e a análise contextualizada das prioridades e conteúdos descritos, são propostas prioridades estratégicas para o desenvolvimento do cooperativismo, sua sustentabilidade e a ampliação de seus aportes aos processos de desenvolvimento humano, econômico, social e territorial.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

São produzidas e relacionadas as seguintes proposições:

- a. Promover a modernização e inovação contínua do sistema cooperativo, desenvolvendo e incorporando novas práticas de gestão, de governança cooperativa e corporativa, visando à autogestão e o autocontrole, fortalecendo a transparência e sustentabilidade futura.
- b. Planejamento e gestão estratégica no sistema cooperativo, contemplando cooperativas singulares, centrais, federações e demais mecanismos de representação, delimitando novo posicionamento e articulação estratégica do cooperativismo frente aos desafios, mudanças e inovações na sociedade no Brasil e no Mundo.
- c. Ampliar e fortalecer estratégias e práticas de participação dos associados nas cooperativas, contemplando mulheres e jovens, promovendo sistemas sucessórios com segurança e transparência.
- d. Promover a educação cooperativa através de crescentes investimentos na capacitação e qualificação de seus quadros diretivos, associados, colaboradores e demais parceiros de negócios cooperativos.
- e. Promover a crescente intercooperação (horizontal, vertical e transversal), fortalecendo práticas já existentes, ampliando-as nos demais segmentos, como agropecuário e outros.
- f. Promover através da intercooperação a agregação de valor e verticalização na cadeia produtiva (agroindustrialização), aproximando mercados produtores, com consumidores integrados com demais segmentos.
- g. Através da intercooperação, promover alianças estratégicas nacionais e internacionais, acompanhadas estrategicamente de fusões e incorporações cooperativas visando a qualificar, racionalizar e otimizar estruturas tecnológicas de apoio.
- h. Estímulo ao empreendedorismo cooperativo com investimentos em inovação cooperativa, tanto em suas novas relações produtivas e de mercados, quanto na arquitetura organizacional.
- a. Empoderamento e maior integração nas estruturas de organização e representação dos sistemas cooperativos, visando a potencializar a defesa dos interesses e peculiaridades do cooperativismo, destacando atualizações no marco legal e regulatório, proposições para as políticas públicas de desenvolvimento, a qualidade de vida, alimentos saudáveis e a sustentabilidade da vida, alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável –ODS - Agenda 2030/ONU.
- j. Ampliar os laços de integração e de cooperação entre cooperativas nas regiões de fronteira internacional, em especial com os países do Mercosul, com o apoio e participação ativa dos seus sistemas de representação e de organização nas esferas estadual e nacional.
- k. Ampliar as estratégias de inserção cooperativa na sociedade, de responsabilidade social e interesse pela comunidade, potencializando a penetração do cooperativismo em novos segmentos e ampliando a sua participação nacional e internacional.

Estas proposições formuladas resultam da análise e combinação atual e recente do cooperativismo. A combinação destas prioridades estratégicas com a contínua revisão e atualização, lideradas por gestores qualificados e capacitados, indica haver necessidade da participação ativa dos quadros

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

associativos, diretivos e contratados, todos capacitados e convergentes, produzindo um ambiente favorável à transparência, à governança cooperativa e corporativa, agregando fatores decisivos para o fortalecimento do cooperativismo e sua sustentabilidade.

Para a efetividade e concretude da implementação destas prioridades, destaca-se a importância de entender as diversas relações envolvidas, como destaca Büttenbender (2014), através do constructo de governança cooperativa e territorial para o desenvolvimento. Requer entender e reconhecer o cooperativismo como um sistema inserido na sociedade e assim também impactado positiva e/ou negativamente pelas demais relações sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e de governança da própria sociedade. O cooperativismo visto com um sistema sujeito, protagonista, na promoção dos processos de desenvolvimento e a geração da inclusão, mas também como ente impactado por todas as transformações e dinâmicas da sociedade. Com esta visão estará atuando de forma convergente a sua missão de contribuir com e gerar o desenvolvimento econômico e social dos seus membros e da sociedade.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fundamentos do cooperativismo, da administração, da governança cooperativa e do desenvolvimento passam por entender as ciências, a sociedade e os seus fenômenos e processos de mudanças. Portanto, no âmbito da pesquisa, explorar estes temas, combinados com a incursão participante no próprio sistema empírico do cooperativismo, oportuniza diagnosticar, entender, analisar e sistematizar contribuições e proposições consideradas fundamentais para o fortalecimento, ampliação e sustentabilidade futura do cooperativismo e os seus fins.

O diagnóstico, mapeamento, sistematização e análise dos dados geraram o aprimoramento de conhecimentos e a capacidade da pesquisa de contribuir com o desenvolvimento das ciências. Pela popularização de resultados de ciência e tecnologia, e pela integração com o ensino e a extensão, promove-se o aprimoramento contínuo da sociedade. A sistematização e a publicação destes resultados, em especial no âmbito do cooperativismo, poderão contribuir para o aprimoramento contínuo, a inovação e a qualificação das práticas do cooperativismo, o seu fortalecimento e a agregação de valor aos seus membros e à sociedade.

Os diferenciados investimentos do cooperativismo na educação cooperativa e capacitação de quadros de gestão, destacando inclusive as parcerias com as universidades, convergem com as perspectivas positivas de fortalecimento do cooperativismo. Isto se confirma nos laços de cooperação do sistema cooperativo com universidades no âmbito do ensino, graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão. Os processos de educação cooperativa, de gestão e governança abrangendo os quadros diretivos, associativos e funcionais, com a crescente participação de mulheres e de jovens nas organizações cooperativas, inclusive em quadros de liderança, resultam no rejuvenescimento do sistema, expresso tanto pela agregação de novas lideranças quanto pela qualificação e capacitação de lideranças atuais.

Portanto, a partir destas problematizações, geram-se novas questões de estudo, que poderão ser aprofundadas em pesquisas futuras. Uma das questões está direcionada a como se darão os mecanismos de acompanhamento e os indicadores de desempenho resultantes da implementação

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

das prioridades detalhadas neste documento. O cooperativismo gera a sua sustentação a partir das seguintes indicações prioritárias, conforme segue: ampliação e empoderamento das cooperativas nas regiões, estados e país; investimentos na qualificação dos seus quadros diretivo, associativo e funcional; modernização dos mecanismos de gestão e governança, garantindo transparência e sustentabilidade ao sistema; intercooperação (intra e inter-sistemas), ampliação da atuação e capacidade de investimento em novas áreas e a promoção da inovação; integração na cadeia produtiva, aproximação de produtores de alimentos com consumidores de alimentos mais saudáveis; promoção da inovação em processos, produtos e sistemas; renovação do marco legal do cooperativismo e suas interfaces com o mercado; ampliação de alianças internacionais, ampliando seus níveis de autonomia frente às instabilidades internas; e aprimoramento e ampliação dos mecanismos de integração e de comunicação intrassistema e com os territórios, países e comunidades nos quais estão inseridos.

Com esta combinação de fatores e a sua própria natureza enquanto organizações constituídas por pessoas, as cooperativas assumem uma dinâmica de crescimento e de fortalecimento em processos de desenvolvimento harmônico e mais equilibrado da sociedade. E, nos ambientes de crise, fazendo dela uma de suas oportunidades, o cooperativismo confirma a sua missão maior de promover o desenvolvimento econômico e social dos seus membros e da sociedade.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACI – Américas. **Declaración Final V Cumbre Cooperativa de las Américas El Cooperativismo en la hora de los desafíos globales.** Buenos Aires, AR. 1.12.2018. <http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/declaracionvcumbre.pdf> Acessado em: 12.03.2019.

ACI. **World Cooperative Monitor 2018.** Aliança Cooperativa Internacional. <https://monitor.coop/en> Acessado em: 01.05.2019.

ALVAREZ, Juan F. e Outros. **Anuario Iberoamericano de la Economía Social.** Nº3-2018. www.oibescoop.org. CIRIEC-España, Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa. Valencia, ES. 2018.

BRASIL. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm Acessado em: 01.05.2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Governança.** In: Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos. Porto Alegre RS: Ed. Conceito, 2017.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Gestão de Cooperativas.** Fundamentos, Estudos e Práticas. Ijuí/

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

RS. Ed. Unijuí, 2011.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul:** experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento. Porto Alegre/RS: Editora SESCOOP/RS, 2010a.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Arranjos institucionais, Cooperação e desenvolvimento.** Redes econômicas, tecnológicas e sociais, sementes do desenvolvimento e agregação de valor. Ijuí/RS: Unijuí, 2010b.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Integração do Associativismo.** Cadernos Cedope Unisinos, Ano 06. nº 12, Editora UNISINOS, São Leopoldo. 1994.

BÜTTENBENDER, Pedro L.; SAUSEN, Jorge O. **Innovative development management practices in a border region: a construct proposal of innovative governance and territorial development.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR. v. 16, n. 2, p. 446-458, mai-ago/2020. Taubaté/SP. 2020.

BÜTTENBENDER, Pedro L.; NICKEL, Karin e outros. **Estruturas de governança corporativa em cooperativas e repercussões no âmbito territorial:** o caso de uma cooperativa de crédito. In: Anais VIII SIDR, 2017, Santa Cruz do Sul. UNISC, 2017a.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís e Outros. **As organizações cooperativas e diferentes aportes ao desenvolvimento regional e territorial.** Regiões com ativa atuação de cooperativas são territórios mais desenvolvidos In: Anais III Encontro Internacional de Investigadores. 22 a 24.06.2017. UNAE-CONACIT. Encarnación Py: Universidad Autónoma de Encarnación, 2017.

BÜTTENBENDER, Pedro L.; ROTTA, Edeimar; HOFER, Cláudio E. **O cooperativismo inserido na evolução e no desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste.** In: Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento. Porto Alegre, RS: Editora SESCOOP, 2010.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; MAGRI, C. A. **Fundamentos do Cooperativismo:** Evolução, Histórico e Perspectivas. Francisco Beltrão, PR: Grafisul, 2018.

CNES. **1º Plano Nacional De Economia Solidária (2015- 2019).** Conselho Nacional de Economia Solidária. Brasília/DF. 2015. http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf Acessado em 22.12.2018.

CRESOL. **O maior sistema de cooperativas de crédito rural solidário do Brasil.** <https://www.cresol.com.br/site/conheca-a-cresol/> Acessado em: 01.05.2019

IICA. **Cooperação técnica é chave para o desenvolvimento sustentável do cooperativismo das Américas.** Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. <http://www.iica.int/es> Acessado em: 01.05.2019.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Paulo: Atlas, 2003.

MASY, Rafael Carbonell de. **Estrategia de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609-1767)**. Barcelona. Instituto de Cooperación Iberoamericana E.A. Bosch. 1992.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Organização das Cooperativas Brasileiras. Brasília/DF. 2019a.

OCB. **Diretrizes do XIV Congresso Brasileiro de Cooperativismo**. Organização das Cooperativas Brasileiras. 8 a 10.05.2019. Brasília./DF. 2019b.

OCERGS-SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho**. Porto Alegre/RS. Ed. Sescoop. 2020.

OCERGS-SESCOOP/RS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho**. Porto Alegre/RS. Ed. Sescoop. 2019.

OCERGS-SESCOOP/RS. **Relatório do 18º Seminário Gaúcho de Cooperativismo**. Bento Gonçalves. 8 e 9.11.2019. Sescoop/RS. 2018.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Organização das Nações Unidas. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> Acessado em 15.04.2012

SCHMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio. **Cooperativismo e Cooperativa**. In: CATTANI, Antonio David *et al.* A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003 p. 63-71.

SCHNEIDER, José O. **Democracia, participação e Autonomia Cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

UNICAFES Nacional. **Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL)**. Modelo de Gestão do cooperativismo solidário – Participação e controle social. Sescoop/Unicafes, Brasília/DF, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Parecer CEUA: 640.285